coordenar, supervisionar, articular, integrar e avaliar o desenvolvimento da política de segurança pública nos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS;

CONSIDERANDO o Art. 6º da Lei nº 7.584/2011, no qual dispõe que Comitê Integrado de Gestores de Segurança Pública - CIGESP é órgão colegiado composto pelos dirigentes titulares dos órgãos constituintes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, de natureza consultiva, que tem por finalidade propor, debater, analisar e decidir ações de caráter técnico, administrativo e operacional, a serem executadas pelos órgãos integrantes do Sistema, acompanhando e avaliando seus resultados;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um instrumento permanente de discussão, análise e acompanhamento das políticas e estratégias adotadas pelos órgãos de segurança do Estado e demais instituições parceiras, para a prevenção e repressão mais célere e eficiente da violência e práticas criminosas decorrentes da realização de eventos esportivos, em especial aqueles que costumam mobilizar torcidas organizadas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Geral do Esporte, Lei Nº 14.597/2023, em especial o previsto no Art. 11, Inciso XVII, que trata da adoção pelas esferas governamentais de medidas necessárias para a erradicação ou redução de manifestações antidessportivas, como a violência, a corrupção, o racismo ou qualquer outra forma de discriminação, dentre outras práticas ilegais.

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Inteligência Nº 013/2024, apresentado na reunião operacional do SIEDS do dia 29/01/2024, e que foi elaborado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC, com auxílio de agentes dos demais órgãos de segurança e da gerência de segurança do Estádio Olímpico do Pará, por ocasião dos primeiros jogos do campeonato paraense realizados naquele Estádio, no qual foram identificadas várias situações irregulares motivadoras de tumultos e práticas criminosas que põem risco à garantia da ordem pública, incolumidade dos torcedores e do patrimônio;

CONSIDERANDO as deliberações propostas nas reuniões preliminares, realizadas por representantes dos diversos órgãos que compõem o Sistema de Segurança do Estado para tratar sobre a criação do presente Comitê e suas respectivas atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação integrada e simultânea das Unidades de Inteligência e Operacionais no enfrentamento da violência e atos criminosos decorrentes da realização de eventos esportivos;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, o Comitê Integrado de Monitoramento e Controle sobre Torcidas Organizadas e Grandes Eventos de Esporte e Lazer, com o objetivo de deliberar e sugerir ajustes e inovações nas políticas e estratégias adotadas pelo Sistema de Segurança do Estado, visando à garantia da ordem pública e segurança dos cidadãos, por ocasião de eventos esportivos, com especial atenção naqueles que envolvam a participação de torcidas organizadas;

Art. 2º - Das atribuições do presente Comitê:

I - Implementar e acompanhar o videomonitoramento de pessoas através dos sistemas tecnológicos oficiais e privados disponibilizados pelos clubes de futebol ou pelos responsáveis pelos eventos esportivos a serem realizados;

II - Deliberar e sugerir a adoção de adaptações e inovações nas ações de prevenção e repressão à criminalidade e violência decorrentes da realização de eventos esportivos;

III - Deliberar e sugerir aos responsáveis pela realização de eventos esportivos a adoção de medidas capazes de prevenir ou mitigar riscos às pessoas e ao patrimônio público e privado, e/ ou evitar distúrbios sociais;

IV - Efetivar o cadastramento de integrantes de torcidas organizadas com a criação de alimentação do banco de dados de integrantes de torcidas organizadas e pessoas envolvidas com ilícitos decorrentes de eventos esportivos;

Art. 3º - O Comitê também terá atribuição para atuar em grandes eventos de lazer, sendo estes considerados como o acontecimento que demande ação coordenada, especializada e padronizada no âmbito dos órgãos de segurança pública e defesa social ou que a expectativa de público atinja número superior a 10.000 (dez mil) pessoas.

Art. 4º - O Comitê Integrado será composto pelos representantes, titular e suplente, dos órgãos do SIEDS e coordenado pela SIAC/SEGUP, listados abaixo:

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP:
Delegado de Polícia Civil IVANILDO PEREIRA DOS SANTOS (Membro Titular)
Coronel QOBM JOHANN MAK DOUGLAS SALES DA SILVA (Membro Suplente)
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP:
RINGO ALEX RAYOL FRIAS (Membro Titular)
RICHARD DE NIXON RATOL LEÃO (Membro Suplente)
Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA:
Tenente Coronel QOPM AFONSO GEOMARCIO ALVES DOS SANTOS (Membro Titular)
Major QOPM MÁRIO LUÍS CARDOSO OLIVEIRA (Membro Suplente)
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - CBMPA:
Major QOBM EDUARDO OLIVEIRA RIO BRANCO (Membro Titular)
Major QOBM MICAIAS RODRIGUES DE SOUSA (Membro Suplente)
Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA:
Delegado de Polícia Civil MARCOS ANDRE SANTOS DA SILVA (Membro Titular)
Investigadora de Polícia Civil IZABELLE PEREIRA BARRA (Membro Suplente)
Polícia Científica do Estado do Pará - PCEPA:
Perito Criminal ADRIANO VALENTE RODRIGUES (Membro Titular)
Perito Criminal WALDEMIR ALENCAR DE SOUSA JÚNIOR (Membro Suplente)
Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN:

Agente IVAN CARLOS FEITOSA GOMES (Membro Titular)
Agente WALMERO JESUS COSTA (Membro Suplente)
Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém-PA, 05 de abril de 2024.
UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
Presidente do Comitê Integrado da Segurança Pública (CIGESP)

Protocolo: 1059216

Portaria nº 037/2024-GAB/SEGUP Belém, 27 de março de 2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 138, parágrafo único do inciso V da Constituição do Estado do Pará, de 05 de outubro 1989, e;

CONSIDERANDO de que é dever do gestor administrativo, ao tomar conhecimento da prática de irregularidades administrativas, promover a imediata apuração através da instauração de Sindicância Administrativa, na forma do artigo 199, da Lei Estadual nº 5.810/94;

CONSIDERANDO as solicitações constantes nos Memorandos nº 1.076/2023 e 1.079/2023- GRAESP/GAB.DIR, respectivamente;

CONSIDERANDO finalmente os termos constantes no PAE nº 2023/564280, e despacho exarado pela Consultoria Jurídica/SEGUP.

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO os termos da Portaria nº 116/2023-GAB/SEGUP de 17.09.2023, publicado no DOE nº 35.544 de 19.09.2023, que instaurou a Comissão de Sindicância Administrativa, em razão do exposto nos Memorandos nº 1.076 e 1.079/2023-GRAESP/GAB.DIR.

Art. 2º - INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar a autoria dos fatos constantes nos autos do Processo nº 2022/564280, que versa sobre o sinistro ocorrido durante a operação "GANGURU", realizada por servidores desta Instituição.

Art. 3º - DESIGNAR os servidores ALESSANDRE ELIAS FRANCÊS BRITO - CEL BM, Matrícula nº 5110042 (Presidente), DPC FERNANDO CÉSAR MARCOLINO DA SILVA, Matrícula nº 5940500 (Membro), EPC ARTHUR CÉSAR ANAÍSSI DE MORAES, Matrícula nº 54196044, (Secretário) para integrem a Comissão de Sindicância Administrativa.

Art. 4º - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da publicação da Portaria, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogável uma única vez por igual período.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 1059108

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024-SEGUP

Exercício: 2024

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 060/2024

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento presente instrumento a contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Monitor das disciplinas de Técnicas Verticais em Aeronaves Rotativas e Rapel e Macguire em Helicóptero do Curso de Formação de Operador Aerotático I COAT/2023, aprovado pela Resolução nº 461/2023 - CONSUP.

Fundamentação Legal: Parecer Jurídico nº 128/2024-CONJUR

Data de Assinatura: 01 de Abril de 2024.

Valor Global: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Vigência: 06 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Programação Orçamentaria:

21.101.06.128.1510.8994 - Capacitação dos Servidores de Segurança Pública

Naturezas: 339036 e 339047

Fonte: 01500000001

Contratado: EMERSON BICHARA DE SOUZA

CPF: 330.512.912-34.

Ordenador de Despesas: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA - SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 1059078

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2024-SEGUP

Exercício: 2024

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 066/2024

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento presente instrumento a contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Monitor da disciplina de Operação com Caminhão de Tanque de Abastecimento - CTA do Curso de Formação de Operador Aerotático I COAT/2023, aprovado pela Resolução nº 461/2023 - CONSUP.

Fundamentação Legal: Parecer Jurídico nº 122/2024-CONJUR

Data de Assinatura: 01 de Abril de 2024.

Valor Global: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Vigência: 06 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Programação Orçamentaria:

21.101.06.128.1510.8994 - Capacitação dos Servidores de Segurança Pública

Naturezas: 339036 e 339047

Fonte: 01500000001

Contratado: ALEXANDRE OLIVEIRA DE LIMA

CPF: 397.369.702-72.

Ordenador de Despesas: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA - SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 1059071